

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.667 - RS (2019/0276641-1)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : RODRIGO DONIZETI DA SILVA
ADVOGADO : TIAGO SANGIOGO - RS072814
AGRAVADO : BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A
ADVOGADO : AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - RS090486A

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): Súmulas 5 e 7/STJ (capitalização de juros); Súmula 83/STJ (capitalização de juros); Súmula 7/STJ pela alínea "c" (ausência de similitude fática entre os julgados); Súmula 83/STJ (procedibilidade da ação de busca e apreensão em razão da inexistência de cobrança abusiva da capitalização dos juros); e Súmula 284/STJ (compensação dos valores pagos a maior e inversão dos ônus sucumbenciais).

Entretanto, a parte agravante não impugnou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do seguinte óbice: Súmula 7/STJ pela alínea "c" (ausência de similitude fática entre os julgados)

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º e 1.026, §2º do CPC/15.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

